

BC alivia o orçamento monetário

por Cláudia Sefafle
de Brasília

A partir do ano que vem, o Tesouro nacional financiará todos os gastos com subsídios ao crédito rural, através de arrecadação de impostos. Essa medida, que dará maior flexibilidade às autoridades econômicas na administração das contas do orçamento monetário, foi recomendada pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvães, e confirmada a este jornal pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, ontem.

Tal providência faz parte de um processo de "limpeza" do orçamento, que começa, nos próximos dias, com a transferência dos créditos à exportação, dos financiamentos à "warrantagem" de açúcar e à comercialização do café para a rede bancária privada. Essas medidas serão aprovadas nos próximos dias, provavelmente por "uma consulta telefônica do Conselho Monetário Nacional (CMN)", segundo Pastore, e representam uma demanda de aproximada-

mente Cr\$ 2,8 trilhões que deixará de ser atendida pelo Banco do Brasil ou por repasses do Banco Central.

A preocupação do governo, expressa por Pastore, é menos viabilizar as metas do orçamento no segundo semestre e mais atender à procura de financiamentos. E isso por uma razão simples: o orçamento não teria mesmo nenhuma forma de suprir a demanda por créditos às exportações, à conta-açúcar ou à comercialização de café. Pastore está preocupado principalmente com os créditos às exportações regulados pela Resolução nº 882 — que financiam a produção de manufaturas para ser vendidas no mercado internacional —, que "estão totalmente parados" por falta de dinheiro. Ele já deu parecer favorável e encaminhou o assunto para o ministro da Fazenda, que determinará qual será a taxa de juros com que o governo trabalhará para equalizar os custos financeiros. O orçamento da União financiará a diferença entre a taxa de mercado e os juros favorecidos, que

hoje são de correção monetária integral mais uma parcela fixa de 3%.

Mesmo com a substancial contenção do crédito oficial para setores prioritários, como a agricultura e as exportações, a expansão dos meios de pagamento e da base monetária (emissão de moeda) superou em muito o teto estabelecido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para o primeiro semestre. O governo acertou um crescimento de 13,5% para a base monetária até junho, e ela superou a casa dos 35%. Pastore confirmou que houve uma expansão adicional "moderada", mas não quis dimensioná-la antes de dispor dos dados definitivos, o que ocorrerá na segunda-feira próxima.

O presidente do Banco Central negou que a transferência dos créditos à exportação, ao açúcar e ao café para os bancos privados reverta em aumento das taxas de juros na faixa livre de aplicações dos bancos. Isso porque, como exemplificou, os créditos às exportações devem totalizar algo próximo a Cr\$ 1 trilhão junto ao sistema privado, que administra, hoje, uma massa equivalente a Cr\$ 15 trilhões de certificados de depósito bancário (CDB) de 180 dias. A cada trinta dias, portanto, os bancos teriam disponíveis aproximadamente Cr\$ 500 bilhões de retorno das operações com CDB e as exportações abarcariam tão-somente 10% desse volume — cifra insuficiente para pressionar um aumento dos juros no mercado.

A "warrantagem" de açúcar deve implicar cerca de Cr\$ 1 trilhão e a comercialização do café está estimada em Cr\$ 500 bilhões adicionais ao que o governo dispõe. Esses dois setores deixam de ser beneficiados por crédito subsidiado e os bancos privados terão de financiá-los a juros de mercado, dentro da faixa livre de aplicação. Pastore ponderou que, apesar de as cifras serem importantes, a pressão mensal não chega a ser suficiente para uma alta dos juros.